



**PAUTA
PARA A 70ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 30 DE MAIO DE 2012**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2012, de autoria dos deputados Pedro Bigardi e Leci Brandão. Revoga o inciso III do artigo 149, da Lei Complementar nº 180, de 1978, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal.

2 - Projeto de lei nº 355, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as microempresas e para as empresas de pequeno porte no Estado.

3 - Projeto de lei nº 356, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Institui campanha permanente de conscientização do uso adequado dos serviços de emergência no Estado.

4 - Projeto de lei nº 357, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Institui campanha permanente de esclarecimento sobre os sintomas do descolamento de retina.

5 - Projeto de lei nº 358, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui a Equoterapia como método terapêutico de tratamento para habilitação e reabilitação de pessoas com necessidades especiais, na rede pública de saúde, e política de educação inclusiva no ensino e aprendizagem na rede pública de educação.

6 - Moção nº 44, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários,

a fim de que empreendam esforços para que o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 8.035/2010, que institui o Plano Nacional de Educação 2011-2020, seja aprovado com a máxima brevidade possível.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 352, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Engenheiro Wlastermiller de Senço" ao túnel (TD 01) localizado no km 45,600 da Via Anchieta - SP 150, em Cubatão.

2 - Projeto de lei nº 353, de 2012, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Casa de Apoio Nosso Canto", em Braúna.

3 - Projeto de lei nº 354, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Dr. Newton da Costa Brandão" à unidade do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), de Santo André.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Revoga o inciso III do artigo 149 da Lei Complementar nº 180, de 1978 e o inciso III do artigo 10 da Lei nº 452, de 1974, que dispõem sobre a perda da condição de beneficiário ou dependente em virtude de matrimônio ou constituição de união estável.

2 - Projeto de lei nº 346, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública o "Centro Comunitário de Fisioterapia - FISIO", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 347, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Autoriza o Poder Executivo a promover concurso interno de provas e títulos dentre os Soldados Policiais Militares Temporários visando sua nomeação para o cargo inicial de Praças da Polícia Militar.

4 - Projeto de lei nº 348, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores do Jardim Vera Cruz", em Monte Alto.

5 - Projeto de lei nº 349, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência ao Adolescente de Brodowski", naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 350, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública o "Projeto Criança Feliz", em Ribeirão Preto.

7 - Projeto de lei nº 351, de 2012, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo intermunicipal.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 340, de 2012, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr. Cria os "Centros de Proteção e Assistência Integral à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência Sexual - CEPAlS".

2 - Projeto de lei nº 341, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública o "Centro de Recuperação Vau de Jaboque", em Catanduva.

3 - Projeto de lei nº 342, de 2012, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre normas para a comercialização, transporte e armazenamento de massa fresca para fabricação de pães.

4 - Projeto de lei nº 343, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o uso de símbolos oficiais do Estado.

5 - Projeto de lei nº 344, de 2012, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Dispõe sobre restabelecimento da condição de contribuinte do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE de servidores aposentados e pensionistas.

6 - Projeto de lei nº 345, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar Depósitos Públicos para guarda e armazenamento de objetos apreendidos vinculados a processos judiciais.

7 - Moção nº 43, de 2012, de autoria da Comissão de Saúde. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o PL nº 1631, de 2011, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

5ª Sessão

Projeto de lei nº 339, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação de Arte, Cultura e Esporte de Ribeirão Preto - AACE", naquele Município.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 17, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a execução de atividades médicas e odontológicas sob a forma de Plantão. Parecer nº 894, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

1ª Sessão

Proposta de emenda nº 4, de 2012, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Welson Gasparini e outros. Acrescenta os artigos 63 e 64 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo em vista estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003.

3ª Sessão

Proposta de emenda nº 3, de 2012, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Mauro Bragato e outros. Acrescenta inciso VIII ao artigo 180, que dispõe sobre diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 829, de 2011, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o Dia Estadual do Engenheiro de Segurança do Trabalho.

2 - Projeto de lei nº 979, de 2011, de autoria do deputado Marcos Neves. Institui o "Dia do Cabeleireiro".

3 - Projeto de lei nº 109, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o "Dia Estadual do Profissional Socorrista e Emergencista".

4 - Moção nº 31, de 2011, de autoria do deputado Adriano Diogo. Apela para o Sr. Governador do Estado a fim de que encaminhe projeto de lei complementar que inclua os companheiros ou companheiras na constância da união homoafetiva como dependentes dos servidores policiais militares, para fins de recebimento de pensão.

5 - Moção nº 79, de 2011, de autoria do deputado André do Prado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que aprovem a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, que dispõe sobre a exigência de diploma de curso superior de comunicação social como habilitação para o exercício da profissão de jornalista.

6 - Moção nº 99, de 2011, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que engendrem esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição Federal - PEC nº 300, de 2008, dando nova redação ao § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, seja aprovada com urgência.

7 - Moção nº 128, de 2011, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido da rápida deliberação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal - PEC nº 457, de 2005, que estabelece a idade de 75 anos para a aposentadoria compulsória do servidor público.

8 - Moção nº 129, de 2011, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, no sentido de que empreendam os esforços necessários com vistas à rejeição do PLS nº 434/2011, que altera a Lei nº 7.183, de 1984, modificando e ampliando a jornada diária de trabalho do aeronauta.

9 - Moção nº 134, de 2011, de autoria do deputado Marcos Neves. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 6042, de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da

profissão de Podólogo, seja aprovado.

10 - Moção nº 138, de 2011, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a aprovação dos Projetos de Lei nº 1033/2003, 4436/2008 e 6113/2009, que dispõem sobre o adicional de periculosidade aos vigilantes, sejam apreciados e aprovados com a máxima brevidade possível.

11 - Moção nº 143, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários a fim de que empreendam os esforços necessários para aprovação do Projeto de Lei nº 4622, de 2004, que trata da fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho.

12 - Moção nº 5, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 5346, de 2009, que regulamenta a profissão de educador social.

13 - Moção nº 16, de 2012, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, a fim de que promovam com a urgência que a matéria requer a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, que acrescenta o § 3º ao artigo 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres.

14 - Moção nº 23, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Previdência Social a elaboração de estudos e a adoção das providências cabíveis para que seja instalada uma Agência da Previdência Social (APS) no Município de Brodowski.

15 - Moção nº 24, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Protesta contra a demissão dos funcionários integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA pela empresa Companhia de Bebidas das Américas - AmBev, que no exercício de suas funções relataram os erros e problemas no ambiente de trabalho.

16 - Moção nº 25, de 2012, de autoria do deputado Marcos Martins. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes

partidários, a fim de que empreendam esforços para a priorização do Projeto de Lei nº 2295/2000, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

3ª Sessão

Projeto de decreto legislativo nº 79, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC 17576/026/05, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria da Educação, pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, e a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação.